

A Etnoarqueologia brasileira no contexto da redemocratização

Rita Juliana Soares Poloni
Universidade do Algarve

Acerca do tema da pesquisa

Ao tentar compreender a relação existente entre a produção artefactual humana e o meio no qual determinada comunidade se insere ou a relação existente entre esta produção e a geração de conhecimento, significado, identidade ou poder para tais comunidades, o trabalho do arqueólogo está sempre em alguma medida ligado à analogia. Como tentar compreender o significado ou função de determinado artefacto sem haver alguma correlação entre este e outros já conhecidos? Ou, como tentar apreender a importância destes artefactos para as suas comunidades produtoras e/ou consumidoras, ou o contexto social e ideológico nos quais esses mesmos artefactos são produzidos, reproduzidos, valorizados e divulgados, sem haver nenhuma referência, por menos generalizável que seja, de contextos em alguma medida semelhantes?

É neste ponto que a Etnoarqueologia toma importância num cenário científico que se abre às possibilidades de conhecer comunidades humanas que vivem – ou que já viveram – sob contextos sociais e ecológicos largamente diversos do modo de vida Ocidental, criando analogias que sirvam não só para o conhecimento arqueológico destes próprios povos como de outros a respeito dos quais, possam servir em alguma medida, de parâmetro comparativo.

Definida como uma subdisciplina da Arqueologia, a Etnoarqueologia tem como campo de estudo:

“(...) la producción, tipología, distribución, consumo, y descarte de la cultura material, con especial referencia a los mecanismos que relacionan variabilidad y la variación al contexto sociocultural y a la inferencia de los mecanismos de procesos del cambio cultura.” (Politis, 2002: 68)

É esta preocupação com a relação existente entre produção material e contexto sociocultural que leva os Etnoarqueólogos a se dedicarem ao estudo de comunidades “indígenas”¹ vivas, para daí inferirem conhecimentos de cunho arqueológico, que rela-

¹ Indígena – Termo originário da palavra latina *Indigenae* – (indu – reforço de in – geno). Adj. Indígena, do país. Subs. M. indígena, natural do país (FERREIRA, Dicionário de Latim Português, 1996), ou ainda: Que é originário de determinado país, região ou lugar; ABORÍGINE; NATIVO [Antôn.: alienígena] (AULETE, VALENTE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete DIGITAL*).

cionem a produção artefactual aos diversos contextos nos quais são produzidos.

Neste ponto o Brasil torna-se um país de grande interesse para esse campo de estudo. Por possuir, dentro de seu território, centenas de comunidades indígenas a viverem em maior ou menor grau de isolamento em relação à cultura Ocidental, este país se apresenta como potencial área de interesse para essa disciplina.

Por outro lado, como a Etnoarqueologia mergulha no estudo de grupos étnicos (em sua relação com a produção material humana), se vê participante na trama político-social que envolve tal temática nas sociedades contemporâneas, ou seja, na importância das etnias na construção, conservação, e transformação das ideias de Nação e na implicância que estas têm na discussão da relação dominantes/dominados, colocando tais estudos em situações diversas de abrangência, enfoque, ou liberdade de acção, mediante a situação político-social dos países nos quais essas pesquisas se desenvolvem.

Em relação a esse contexto, o Brasil é uma Nação que tem a questão étnica como componente ideológica de entendimento de sua própria identidade. Fortemente marcada pela presença das etnias indígenas, africanas e europeias, esta Nação se vê, desde os tempos coloniais, chamada a dialogar com estes universos culturais, e o faz, no decorrer do tempo, sob diferentes perspectivas.

Particularmente, a partir da década de 1980, quando o Brasil passa a mergulhar no contexto da redemocratização pós Ditadura Militar (1964-1985) tais questões passam a tomar um novo fôlego e a ser amplamente (re)discutidas não só em âmbito científico, mas também nas esferas políticas e sociais desse país.

Torna-se, então, interessante questionar de que forma a Etnoarqueologia, enquanto campo teórico-metodológico da Arqueologia, é recebida pelo universo científico brasileiro a partir da década de 1980, período em que se dá a redemocratização do Brasil e em que se ampliam nesse país as discussões a respeito dos princípios da Escola Processualista e Contextualista, que estão nas raízes da Etnoarqueologia como campo científico, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Da mesma forma, torna-se igualmente importante acompanhar como esta abordagem arqueológica tem tomado dimensão social e política na actualidade, ou seja, como tal universo teórico-científico imbrica-se com as questões étnico-sociais que suscita, sua relação com entidades preocupadas com questões étnicas, e sua penetração no seio da sociedade como instrumento de questionamentos a respeito do tema.

O desenvolvimento da arqueologia em relação a algumas questões étnicas no Brasil

É a criação do Instituto Histórico e Geográfico, em 1838, dois anos antes de D. Pe-

dro II dar início ao seu governo no Brasil, já país independente desde 1822, que dá à Arqueologia, pela primeira vez, um estatuto oficial. As reuniões do Instituto tinham lugar no Museu Nacional, inaugurado por D. João VI, em 1818, no Rio de Janeiro, partilhando, entretanto, as duas instituições das mesmas preocupações elitistas, nas quais a cultura e a produção artefactual dos povos indígenas eram subestimados, mergulhados numa atmosfera de selvajaria e exotismo, justificando, assim, sua posição submissa socialmente (Funari, 2002: 134).

Por outro lado, nesta mesma época, os nativos do Brasil passam a ser idealizados em âmbito social e cultural como os “bons selvagens”, heróis de uma época já extinta e símbolos da Nação independente, que buscava afirmar-se em âmbito nacional e internacional. As artes manifestavam, através dos cânones da “Primeira Geração Romântica”, também chamada de “Romantismo indianista”, o índio como foco principal de sua arte, sobretudo na literatura, símbolo de pureza e de inocência, à semelhança dos heróis medievais, e portanto, homem digno de expressar e representar uma Nação em fase de consolidação.

A Etnografia e a Arqueologia passam então a serem consideradas ciências intimamente relacionadas, já que o estudo do presente e do passado destes povos tomam grande importância na construção desta ideia de nativo e através dela, da própria ideia de Nação Brasileira (Funari, 2002: 135), aliás em consonância com os próprios princípios que fundamentam o surgimento da arqueologia como ciência, no século XIX na Europa.

Após a Proclamação da República (1889), entretanto, mais dois museus passam a se destacar no cenário nacional: Museu Paulista, inaugurado em 1890, e o Museu Paraense, inaugurado em 1866 mas reorganizado por Emílio Goeldi já durante a República (Prous, 1992: 7).

A partir de então, surge uma particular disputa entre o Museu Nacional, instituição de origem imperial, e o Museu Paulista, republicano, que passam a assumir posições diversas com relação à importância dos indígenas para a nação brasileira. Nesse sentido, o Museu Paulista passa a defender uma nova ideia de herói nacional: o chamado “bandeirante” (o portador da bandeira), ou seja, o homem ocidental, de cultura europeia, mais especificamente o paulista, que, de forma destemida, enfrentando indígenas, africanos e espanhóis, avança para além das fronteiras impostas pelo Tratado de Tordesilhas (1494) fazendo aumentar substancialmente as fronteiras do país, e transformam-se numa espécie de pai da Nação (Funari, 2002: 141).

Assim, a partir de 1880, com a intensificação das políticas anti-esclavagistas no Brasil e no exterior – responsáveis pelo fim deste sistema em 1888 – e com a inserção do país no universo artístico do realismo, aliado ao contacto com a filosofia positivista, não só a presença dos negros e dos mulatos na sociedade brasileira passa a ser alvo de discussões, como também a ideia do indígena como herói medieval idealizado perde força, e passa a dar lugar a algumas ideias que os identifica com o primitivismo e que valoriza a

força e o avanço da cultura ocidental em detrimento do modo de vida desses povos, que seriam, ou isolados, ou absorvidos pelo “progresso”.

Entretanto, um novo ponto de viragem, dá-se no país a partir da década de 1920. Uma maior industrialização, sobretudo na região sudeste, contrasta com o poder ainda forte do meio rural, mais especificamente da elite cafeeira, que ainda tem ampla influência na política brasileira neste período. Além disso, a forte imigração europeia, experimentada pelo país após a decadência do regime escravagista, e sua forte influência cultural, vem acrescentar novos elementos ao pluralismo cultural do país, que a partir de então passa a ser foco de discussões a respeito de um novo sentimento de brasilidade que buscava distinguir o Brasil de outras nações do mundo.

É nesse contexto que se vê surgir o Movimento Modernista Brasileiro, que tem seu marco na Semana de Arte Moderna de 1922 e que tem como algumas de suas características a busca por originalidade artística e por um nacionalismo que buscava por especificidades culturais; a valorização do índio como verdadeiramente brasileiro, entretanto, não mais como um herói medieval idealizado mas sim como símbolo dessa especificidade cultural buscada, e do mulato como símbolo da miscigenação cultural do país.

Já após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil assiste também ao fim da ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945) e ao início de um curto período democrático conhecido como Populismo Brasileiro (1945-1964) e que tem como características principais o apelo directo à participação das massas populares urbanas em suas políticas – entretanto sob controle do governo – uma forte propaganda nacionalista e a promoção da industrialização – por meio do estímulo ao capital nacional e estrangeiro – com forte acção Estatal.

Para a arqueologia brasileira, este é um período muito produtivo, merecendo inúmeros trabalhos amadores e profissionais e mesmo uma legislação especial. Destaca-se, sobretudo, a actuação política e intelectual do professor Paulo Duarte (1899-1984), responsável pela introdução da arqueologia como actividade académica no Brasil, através da fundação da Comissão de Pré-História da Universidade de São Paulo, em 1952.

Duarte, que esteve exilado em França durante a ditadura de Vargas, tinha apreço por “*l’homme américain*”, ou seja, o homem nativo da América, o que o fez defender a protecção legal ao património arqueológico pré-histórico brasileiro. Como consequência, em 1961, o governo brasileiro promulga a lei federal 3.942, única lei, até os dias actuais, a proteger esse tipo de vestígios arqueológicos do país (Funari, 2002: 143).

Deve-se também a Paulo Duarte, o convite feito ao antropólogo Joseph Emperaire e a sua esposa, a arqueóloga Annette Laming-Emperaire (1917-1977), para comporem a recém-criada Comissão de Pré-História da Universidade de São Paulo. Esses dois pesquisadores escavaram sambaquis do Paraná e de São Paulo entre 1954 e 1956, extraindo daí as primeiras datações por radiocarbono do país (Prous, 1992: 13).

Entretanto, num período marcado pela Guerra Fria, e pelo consequente medo dos go-

vernos comunistas, os discursos e as práticas populistas dos governos do período, levam ao golpe militar de 1964, que institui um período de Ditadura que se prolongará até 1985.

Se por um lado, durante esse regime assiste-se ao chamado “milagre brasileiro”, uma fase de modernização da indústria e investimento em grandes obras de infra-estrutura, por outro, cria-se um ambiente de grande repressão política, social e cultural, levando a inúmeras cassações, expulsões e mortes, daqueles tidos como subversivos para o sistema, e a um grande controle – ou proibição – de toda organização que apresentasse risco para a Ditadura e os seus princípios.

Neste contexto, a arqueologia, assim como outras tantas ciências, passam por grandes reveses, sofrendo repressões de diversos tipos. Um desses reveses é a aposentadoria punitiva que sofreu o intelectual Paulo Duarte, em 1969, e que o afastou dos quadros da USP, por criticar a repressão exercida dentro da Universidade pelo regime instituído.

Outro ponto polémico do período é a instituição, em 1965, do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), organizado por Betty J. Meggers e seu marido Clifford Evans, ele membro do *Smithsonian Institute* (Washington, USA), e ela voluntária do mesmo órgão, e que contou com a participação de vários pesquisadores do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Pará, para desenvolver um projecto que pretendia “(...) obter uma «visão total» do passado cultural cerâmico pré-histórico brasileiro (...)” (Steglich, 2003). Em 1970, com a finalização deste projecto, se iniciou o PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazónica), que seguia a mesma linha investigativa que o primeiro, e que foi outro projecto de grande vulto, com a colaboração do Museu Paraense Emílio Goeldi, do CNPq (então “Conselho Nacional de Pesquisas”) e do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) – fundação particular surgida em 1961.

No contexto de ambos os projectos, a figura de Meggers ganha vulto no cenário nacional e gera, ainda hoje, muita polémica, sendo tida como responsável por divulgar um tipo de pesquisa que enfatiza o “determinismo ambiental” dos povos da amazónia a constituírem sociedades pouco desenvolvidas, uma vez que para ela, “(...) a floresta acomodada sobre solos pobres não teria como dar sustentação a populações maiores, com agricultura desenvolvida” (Leite, 2000).

Entretanto, como consequência de um longo processo, que inclui problemas económicos, advindos do aumento da dívida externa, e da taxa de inflação interna, ambos agravados pela crise internacional do petróleo, de meados da década de 1970, e forte oposição interna ao sistema estabelecido, sobretudo quanto a questão da repressão à liberdade de expressão e da falta de democracia, em 1985, a Ditadura Militar brasileira chega ao fim, dando lugar a um novo regime democrático, iniciado pelo governo de José Sarney (1985-1989).

A partir daí, “l’homme américain” passa a ser reabilitado, dando início a uma retomada dos temas humanistas, sobretudo aqueles ligados aos estudos dos grupos subalter-

nos e à preservação do património cultural brasileiro. Assim, vários estados e municípios, em todo o Brasil, começam a introduzir leis de protecção de vestígios arqueológicos, enquanto os arqueólogos voltam-se pela primeira vez, para a pesquisa do grupo étnico mulato e reacendem as pesquisas a respeito dos africanos, dos indígenas e de outros grupos étnicos brasileiros (Funari, 2002: 144).

Além disso, novos objectos de pesquisas também surgem após a redemocratização. Para além dos grandes monumentos, passam a constituir objecto de estudo da Arqueologia Histórica, por exemplo, também as missões jesuíticas e os quilombos, bem como os cemitérios de “desaparecidos” do regime ditatorial militar, que tanto no Brasil como em outros países, têm importância capital para recuperar a história dessas pessoas e, muitas vezes, para contribuir nos processos de condenação dos culpados por suas mortes e de concessão de indenizações às famílias das vítimas.

Outra abordagem arqueológica de grande importância social, política e teórica para o Brasil contemporâneo é a da Etnoarqueologia. Este campo científico começou a ser abordado sistematicamente por Binford no seu artigo “*Smudged pit and hide smoking: the use of analogy in the archaeological reasoning*”, de 1967, e aprofundado teórica e conceptualmente, pelo mesmo autor, em “*Nunamiut ethnoarchaeology*”, livro de 1978, onde fundamentou então suas bases no Processualismo, enfatizando, através de suas pesquisas, a busca por leis e regularidades que relacionassem a conduta humana à sua produção artefactual (Politis, 2002: 66).

Mas é a partir da década de 1980 que a Etnoarqueologia amplia seus horizontes teóricos, que passam a ser permeados pelo Contextualismo. A partir de então suas fronteiras são ampliadas para além de aspectos “tecnoeconómicos” e das determinantes ecológicas da produção material humana, para abarcar as relações entre esta e seus aspectos cognitivos, sociais e ideológicos. Assim, a Etnoarqueologia passa a interessar-se não só pelo processo de produção artefactual, mas também pelas redes de significados que o envolve (Politis, 2002: 66).

É sobretudo dentro desta última perspectiva que a Etnoarqueologia tem se desenvolvido no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990. Influenciada pela politização a que assiste a Arqueologia a partir da redemocratização brasileira, a Etnoarqueologia imbrica-se nas questões relacionadas ao fortalecimento dos grupos étnicos minoritários no país: sobretudo indígenas e negros.

Numa perspectiva que busca compreender permanências rupturas, nesses contextos sociais específicos, usando conjuntamente informações Etnográficas, Etnohistóricas e Etnoarqueológicas, essa abordagem tem por objectivo, no contexto brasileiro, reunir numa sequência cronológica, trajectórias não só espaciais, mas também culturais, sociais e políticas destes grupos étnicos (Politis, 2002: 76).

Desta forma, a Etnoarqueologia no Brasil, não só passa a assumir cada vez mais

um viés acadêmico e científico, uma vez que a formação e profissionalização em arqueologia tem se intensificado no país nas últimas duas décadas, quanto assume posição de grande importância, não somente científica mas também política, seguindo assim um caminho que vem sendo traçado desde o período colonial brasileiro, e que coloca as questões étnicas no foco das discussões relacionadas não só às ciências humanistas brasileiras quanto à própria noção de Identidade individual e Nacional deste país.

O desenvolvimento da pesquisa

Como objecto de trabalho dessa pesquisa foram escolhidas sete teses científicas, sendo quatro de Mestrado e três de Doutorado, escritas entre os anos de 1993 e 2007. A escolha deu-se conforme critérios de visibilidade quanto à sua divulgação científica, e clara manifestação de enquadramento dentro dos universos teóricos e metodológicos da Etnoarqueologia.

Evidentemente, estes trabalhos não representam a totalidade daqueles escritos dentro dos horizontes teóricos desse campo científico, e nem foi objectivo deste trabalho pretender uma abrangência total desses trabalhos durante período proposto, mas, sendo um trabalho qualitativo, buscou através da análise da amostra escolhida tentar traçar alguns encaminhamentos teóricos e metodológicos da Etnoarqueologia brasileira nas últimas décadas.

Como forma de interpretação das teses escolhidas, foram utilizados alguns marcadores ou questões, que serviram de orientadores de análise desses trabalhos, ou seja, definiram os conteúdos a serem pesquisados no texto, buscando equiparar os objectos de estudo na totalidade das pesquisas estudadas, a fim de estabelecer comparações entre essas pesquisas, a respeito das presenças e ausências de enfoque nos tópicos escolhidos.

Parte desses marcadores ou questões foram extraídos do livro "*Ethnoarchaeology in Action*" (David & Kramer, 2001: 70), particularmente do terceiro capítulo desse livro, intitulado "*Fieldwork and Ethics*", e dizem respeito aos aspectos metodológicos e técnicos do trabalho em Etnoarqueologia considerados como necessários para o desenvolvimento pesquisas dentro desse campo teórico, e que, portanto, deveriam estar claramente definidos nesses trabalhos. Tais tópicos são assim identificados:

Contexto da Pesquisa

1. Localização e contexto histórico e cultural do grupo estudado.
2. Contexto político da pesquisa, incluindo situação do pesquisador, condições de financiamento e duração do trabalho de campo.
3. Conhecimentos do investigador, incluindo competências linguísticas, do grupo a ser pesquisado e da sua linguagem.

Métodos Etnográficos e Técnicas

1. Amostragem de grupo:
 - a) Estratégias
 - b) Número de povoações, famílias ou indivíduos
 - c) Representação de classes, posições sociais, status, papéis ou géneros
2. Métodos de pesquisa:
 - a) Observação participante
 - b) Entrevistas
 - c) Questionários
 - d) Outras, incluindo reconstituições e experiências
3. Assistentes (remunerados):
 - a) Qualificações e relacionamento com os informantes
4. Informantes:
 - a) Categorias e formas de recompensa
5. Registos:
 - a) Materiais escritos, fotografias, registos visuais e sonoros, materiais etnográficos, e outras amostras de material, com informações sobre localização e acesso.

A esses tópicos foram acrescentados mais alguns, de elaboração própria, concernentes aos aspectos teóricos dos trabalhos analisados e que buscam, para além de tentar perceber as preferências teóricas desses trabalhos, detectar o grau de explicitação e de importância dada a esses aspectos nessas pesquisas. São eles:

Contexto Teórico

1. Opções teóricas da Pesquisa:
 - a) Processualismo
 - b) Contextualismo
 - c) Ambos universos teóricos
 - d) Outros universos teóricos
 - e) Indefinida
2. Grau de Explicitação Teórica:
 - a) Explicitação Directa
 - b) Explicitação Indirecta
3. Referências Teóricas:
 - a) Referências directas
 - b) Referências indirectas
 - c) Ausência de referências

Os resultados da pesquisa

A partir da análise dos textos científicos escolhidos foi possível traçar algumas características marcantes da Etnoarqueologia brasileira contemporânea. Assim, nota-se, como primeiro ponto de caracterização da Etnoarqueologia brasileira, que esta percorre caminhos que, aproximando-a com intensidade da Etno-História, busca reconstituir trajectórias históricas e culturais dos povos indígenas estudados, enfatizando suas próprias lógicas culturais, seus caminhos e opções, por um lado, mas, por outro, pondo a claro interferências, limitações e transformações ocorridas a partir do contacto com a sociedade nacional. Sobre as características da Etnoarqueologia no Brasil, assim nos fala Politis:

“Esta tendencia busca entender los procesos de continuidad y cambio en contextos sociales específicos, mediante el uso complementario de la información etnográfica. Etnohistórica y arqueológica. De esta manera se propone que la continuidad cultural de la secuencia cronológica desde tiempos pre-hispánicos hasta el presente, en base a un «marcado conservatismo» no sólo en la organización espacial de las aldeas, sino también en la tecnología cerámica, la subsistencia y la localización de los asentamientos (...). De alguna manera, este tipo de Etnoarqueología está íntimamente ligado a lo que podríamos llamar «historia indígena»” (Politis, 2002: 76).

Percebe-se, então, nessas pesquisas um propósito de produzir uma lógica de continuidade entre história e produção material, enfatizando os componentes de ordem cultural, religiosa, e de mentalidade como activos condicionantes da forma como se produz a realidade artefactual por esses povos. Assim, a história e a cultura dos povos está na raiz das suas escolhas na produção artefactual e da caracterização desses povos bem como esses mesmos artefactos constituem materialização e reafirmação de sua própria história e cultura.

Dessa forma, há uma nítida e manifesta preocupação em tornar claro ao leitor que essas sociedades possuem suas próprias lógicas e histórias que não são em nada inferiores as da sociedade nacional, mas, ao contrário, que por detrás dos objectos que produzem, e da sua forma de interferirem no meio circundante, há uma riqueza cultural e uma complexidade cognitiva e significativa em nada menos complexa que aquela através das quais manifesta-se nossa própria sociedade, embora seja, naturalmente, em profundo diferente do modo de vida ocidental.

A respeito da intensidade dos componentes histórico-culturais na construção dessas teses percebe-se mais claramente ao comparar a relação entre o número de páginas totais do texto em si, e as páginas dedicadas a essa temática. Nota-se que mesmo apesar de variações significativas de entre as teses, no que diz respeito ao item analisado, a presença da reconstituição histórica e cultural nessas teses, é, de modo geral, bastante forte (Tabela 1).

Por outro lado, se estes trabalhos buscam sempre estabelecer estudos relacionados à organização espacial das aldeias, à tecnologia cerâmica, aos meios de subsistência e à localização de assentamentos, como nos alerta Politis (2002), e se verifica na análise das teses escolhidas para este trabalho, é bem verdade também que esses pesquisadores têm a consciência das limitações que enfrentam ao optarem fazer pesquisas em Etnoarqueologia no Brasil, e frequentemente citam a falta de estudos mais aprofundados a respeito dos povos indígenas no território brasileiro como uma das dificuldades enfrentadas na execução de seus trabalhos e como uma perspectiva não só a ser alcançada por seus próprios estudos, mas também como objectivo de todos os pesquisadores dessa mesma temática no Brasil (Tabela 2).

Neste ponto, é possível assinalar uma segunda característica marcante das pesquisas em Etnoarqueologia no Brasil: a preferência pelos temas dos povos nativos indígenas. A totalidade dos trabalhos aqui estudados, focam seus estudos em aspectos da cultura material de povos indígenas brasileiros.

Tal preferência justifica-se pelos mais variados motivos, desde motivações de cunho pessoal, trabalhos de outros pesquisadores que despertaram interesse pelo tema, anteriores visitas a tribos indígenas, interesse em conhecer esses povos mais profundamente, até questões de ordem científica, como carência de informações e pesquisas a respeito de determinado povo ou mesmo questões de cunho político e social, como a urgência em estudar determinadas regiões ou povos a serem perturbados por empreendimentos de infraestrutura a serem erigidos em seus locais tradicionais de vivência.

O facto é que parece evidente que o poder analógico da Etnoarqueologia indígena nativa seja de importância fundamental não só para a sociedade brasileira, em seu processo de conhecer a si própria a partir dos povos e etnias que a constitui, ou para os próprios povos estudados através da visibilidade e do poder de penetração desses estudos na reafirmação de sua identidade, sua importância e seus direitos no interior da comunidade nacional que ocupa, mas também são de imensa importância para a própria Arqueologia de modo geral.

Entrar em contacto com povos que ainda hoje vivem sob lógicas sociais e culturais, em grande parte diversas da cultura homogeneizante da sociedade Ocidental, cada vez mais globalizada, é ter a oportunidade de estabelecer critérios comparativos a respeito da relação entre o homem e o seu meio circundante, do universo ideológico que envolve tal relação e das lógicas inerentes aos processos de produção artefactual humana, que ampliem o campo de visão do arqueólogo e que possam propor novas abordagens interpretativas do tempo/espaço que estudam, novas analogias ampliadoras dos múltiplos sentidos, finalidades e funcionalidades dessa produção material.

Por outro lado, é possível perceber ainda, como uma terceira característica da Etnoarqueologia brasileira, a tendência de enquadramento teórico dentro dos horizontes cien-

tíficos do Pós-Processualismo. Muito embora as discussões de ordem teórica, algumas vezes, não apareçam claramente definidas no texto, quer em relação às diversas visões teóricas da Arqueologia, quer em relação aos diferentes enquadramentos teóricos específicos da Etnoarqueologia, e algumas outras vezes sequer esteja claramente definida as opções teóricas adoptadas pelo autor no desenvolvimento de seu estudo, em inúmeros momentos ao longo dos textos lidos, percebe-se a preocupação dos autores em destacar a importância das especificidades culturais e históricas e dos contextos ideacionais, na produção artefactual humana.

Em boa parte dos trabalhos há mesmo como objectivo do próprio estudo buscar compreender relações entre cultura, formas de pensamento, e a produção material dos povos estudados, e, muito embora, nem sempre esses objectivos sejam claramente alcançados, é possível perceber que os autores têm preocupação em discutir a necessidade de ultrapassar a busca por tipologias ou por determinantes ecológicos, no estudo da realidade artefactual dos povos estudados e de perceber as componentes de especificidade, de escolha e de condicionamentos subjectivos no modo de produzir e de viver dessas comunidades.

Nesse sentido, através da análise dessas pesquisas, é possível indicar, aproximadamente, o grau de penetração das ideias Pós-Processuais na Etnoarqueologia brasileira. Muito embora tal análise contemple somente as opções explícitas dos autores quanto ao posicionamento teórico de seus estudos, nota-se uma nítida preferência por essa visão científica (Tabela 3).

Assim, se por um lado, é certo que tais posicionamentos se enquadram dentro dos horizontes e das opções de construção de uma Etno-História que busque valorização cultural, visibilidade social e actuação política em favor dos povos indígenas em território brasileiro, por outro, é também verdade que tal objectivo se veja muitas vezes com alcance reduzido pelas mesmas limitações outrora citadas: a falta de estudos mais aprofundados e com enfoques mais variados, acerca desses povos.

Contudo, há que se perceber que, se, por um lado, o recorrer à Arqueologia, à História e à Etnologia, é de importância fulcral para o desenvolvimento de um trabalho em Etnoarqueologia, por ser esta um campo interdisciplinar, e pela riqueza de informações que tais estudos podem trazer ao Etnoarqueólogo, aprofundando seus conhecimentos, e ampliando seus olhares acerca do povo que estuda, por outro, se torna tarefa de grande complexidade e risco, tomar, de textos científicos cuja finalidade e enfoque estão sob diferentes perspectivas teóricas, como documentos acerca de escavações arqueológicas, ou trabalhos de etnologia realizados em sítios referenciados como sendo do mesmo povo que é foco de análise da pesquisa, informações que possam ser interpretadas sob a perspectiva teórica e as finalidades da Etnoarqueologia.

Neste ponto, me refiro à quarta característica desse campo teórico no Brasil: a ca-

rência de trabalhos de campo feitos efectivamente para o estudo e sob as perspectivas da Etnoarqueologia, ou seja, pesquisas de cunho etnográfico, realizadas sob o enfoque teórico Arqueológico, visando observar, compreender e descrever as tramas nas quais se envolve todo o processo de produção artefactual dos povos a serem pesquisados.

Nota-se que, embora a maioria das pesquisas analisadas neste estudo tenham recorrido a trabalho de campo, alguns trabalhos não contaram com esse importante recurso em sua elaboração, sendo realizados tendo como referenciais escavações arqueológicas, ou documentos a esse respeito, e pesquisas em trabalhos de Etnologia e História Indígena, somente (Tabela 4).

Este é por si um dado preocupante porque, se os documentos provenientes de escavações arqueológicas podem fornecer informações a respeito dos artefactos produzidos por esses povos, não é possível visualizar os actores a produzi-los, seus discursos, seus condicionantes sociais e culturais, todo o processo que envolve o fazer, o fabricar, o pensar acerca desses artefactos e as múltiplas relações existentes entre as condicionantes ecológicas e ideacionais que envolvem todo esse processo.

Por outro lado, a análise dos trabalhos em Etnologia realizados a respeito dos povos cuja Etnoarqueologia procura-se construir, pode descrever-nos a cor da vivência desenvolvida por este povo em relação a si próprio e ao meio no qual se insere, nos pode esclarecer a respeito de suas crenças, festas, rituais, condicionantes sociais, relações de poder e muitos outros aspectos, mas raramente o etnólogo tem seu olhar voltado para os processos que culminam em produção material, efectivamente. Se é possível, e mesmo certo, que a produção artefactual desses povos apareça em meio aos aspectos analisados nesses trabalhos, este não é o foco de estudo desses pesquisadores, que têm seu olhar voltado para outras relações e aspectos, e tais descrições têm pouca possibilidade de constituírem material para analogias arqueológicas com a mesma profundidade e riqueza com que uma descrição etnográfica voltada efectivamente para os processos que envolvem a produção artefactual desses povos.

Assim, se por um lado se sabe das dificuldades que envolvem um trabalho de campo a ser realizado em comunidades indígenas nativas: as enormes distâncias físicas que, às vezes, separam o pesquisador dessas comunidades, a acessibilidade a elas, quer seja em âmbito local, em relação a própria comunidade, quer seja em âmbito Estatal, os abismos culturais e linguísticos que podem separar o Etnoarqueólogo e o povo a ser estudado, ou até mesmo limitações em relação aos financiamentos necessários para suprir despesas de deslocação e permanência do cientista na área onde inserem-se essas comunidades, se sabe também da importância do trabalho de campo no desenvolvimento de uma pesquisa em Etnoarqueologia, um desafio que está mesmo na origem dessa própria sub-disciplina: a busca de analogias advindas de trabalhos Etnográficos realizados sob uma perspectiva Arqueológica.

Entretanto, por outro lado, não basta que esses trabalhos de campo sejam realizados pelo Etnoarqueólogo, é preciso que o seu desenvolvimento seja rigorosamente descrito e que seja possível “ouvir” no decorrer da leitura do trabalho, os actores a tecerem seus próprios discursos explicativos acerca do que fazem, de como fazem e de porque fazem seus artefactos, de suas opções, de seus condicionantes, de seus próprios motivos e visões a respeito dessa produção. É preciso também que se possa “visualizar” aquilo que o Etnoarqueólogo assistiu em seu trabalho de campo, perceber quando, em que circunstâncias, sob que condições, por quem e por que, as actividades produtivas foram realizadas, deixando claro ao leitor o que é descrição e o que é interpretação do pesquisador durante o trabalho de campo. Por fim, também é preciso conhecer esses actores, quem são, a que posições sociais pertencem, o tipo de relação que estabeleceram com o pesquisador, que têm com a produção artefactual de seu povo, e claro, as relações do próprio pesquisador com esse povo, os motivos que o levaram a pesquisá-lo, seu envolvimento pessoal, seus conhecimentos acerca dele.

Em torno de tal temática é que se insere uma quinta característica da Etnoarqueologia brasileira, apreendida a partir dos textos aqui analisados: a falta de clareza a respeito dos Métodos Etnográficos e da descrição dos trabalhos de campo realizados pelos pesquisadores. Muito embora em alguns poucos trabalhos tais aspectos e procedimentos estejam claramente descritos e identificados, na maioria deles há grandes dúvidas a respeito desses pontos.

Os dados a respeito da amostragem do grupo escolhido para a pesquisa, as estratégias, o número de povoações, famílias ou indivíduos, a sua representação de classes, posições sociais, status, papéis ou géneros, da utilização de assistentes, as qualificações e relacionamento desses com os informantes da comunidade estudada, bem como conhecimentos do investigador, incluindo seus conhecimentos culturais acerca do grupo a ser pesquisado e da sua linguagem, raramente aparecem explicitados nos textos, enquanto as condições de financiamento e a duração do trabalho de campo, embora apareça nos textos nem sempre são descritas com a clareza e o destaque que mereceriam.

Assim, na análise das pesquisas, podemos perceber, em parte, as carências dessas pesquisas quanto aos aspectos aqui relacionados. Muito embora os dados estudados só contemplem os itens que constam ou não dos trabalhos, excluindo seu grau de clareza, nota-se a falta de atenção dada a tais questões (Tabela 5).

Já quanto a descrição do trabalho de campo, esta aparece, muitas vezes, confundida com as interpretações do próprio autor ou de outros, utilizados como fontes de pesquisa, a respeito dos aspectos analisados no texto. Em raros trabalhos há uma perfeita clareza com relação às partes do texto que constituem descrição de acções observadas ou discursos proferidos pelos informantes ou assistentes que auxiliaram a execução da pesquisa, com devida definição dos actores, e dos contextos que envolvem tais acções

ou discursos, ou com a transcrição literal de declarações, histórias, diálogos, devidamente identificados e contextualizados no texto.

Tal preocupação é, entretanto, essencial para que o leitor possa, dessa forma, “visualizar” e “ouvir” os actores, e possa perceber não só em que ponto começa a interpretação do pesquisador acerca do que viu e ouviu, mas também as condicionantes que envolvem essas descrições e declarações.

Assim, é possível não só dar ao leitor a oportunidade de tecer suas próprias interpretações tendo como base as descrições e declarações obtidas em campo, como também perceber, de forma mais clara as percepções e interpretações obtidas pelo pesquisador a partir de tais dados. Além disso, passa a ser possível ponderar as circunstâncias nas quais se inserem as acções descritas e as declarações obtidas, bem como perceber em que posição social se incluem, de forma a gerar dados mais específicos, com maior poder interpretativo em relação às analogias que podem daí surgir.

É evidente, entretanto, que tais ausências não inviabilizam o poder explicativo dos processos produtivos que constituem objectivos dessas pesquisas e que caracterizam somente a opção por uma perspectiva descritiva mais próxima do discurso histórico que propriamente etnográfico ou arqueológico, o que talvez se explica pelo próprio cariz da arqueologia relacionada com os grupos indígenas no Brasil, globalizante, buscando reconstruir uma trajectória cultural e ecológica desses povos num tempo/espço entrecortado pela colonização europeia da América e pelo surgimento da nação brasileira.

Por fim há que se destacar que as ausências e permanências no fazer científico da Etnoarqueologia brasileira aqui discutidos, não só não abarcam a totalidade das características desse campo científico no Brasil, uma vez que a ciência é feita por um grupo específico com lógicas próprias, mas que é, por sua vez, formada por pessoas singulares, com visões particularmente únicas da ciência e do mundo, princípio que se aplica não só aos investigadores, mas também àqueles que lêem seus escritos e os interpretam, como também não significam críticas à forma como tal campo científico se desenvolve nesse país, mas tão somente ao caracterizar da Etnoarqueologia ali praticada dentro das possibilidades e opções nas quais se insere não só a Arqueologia, mas toda a sociedade brasileira contemporânea.

Conclusões

Os indígenas brasileiros, ao terem seu modo de vida drasticamente transformado a partir da colonização europeia da América, e seu espaço progressivamente ocupado por outra Cultura radicalmente diferente das suas, vêem-se cada vez mais sujeitos à necessidade de protestarem, segundo as regras estabelecidas pela sociedade dominadora, a

fim de garantirem, segundo as leis do Estado Nacional dentro do qual habitam, a posse e o uso das terras que tradicionalmente ocuparam, o direito a um tipo de educação voltado para suas expectativas e necessidades, e de viverem segundo suas próprias lógicas e crenças.

A Etnoarqueologia, como ciência que busca alcançar conhecimento arqueológico através de estudos de cunho etnográfico, não pode se abster do facto de que para além de construir conhecimentos abstractos a respeito da trajectória humana e de sua produção artefactual/cultural, estão a tratar de questões que dizem respeito à história e à Cultura de povos contemporâneos, que podem ter nessas informações, subsídios para a defesa dos direitos que buscam alcançar na sociedade nacional.

Neste ponto a Etnoarqueologia brasileira não tem se posto a parte das urgências das questões por ela levantadas a respeito dos povos indígenas brasileiros, e mantém fortemente presente, no decorrer das pesquisas aqui analisadas, não só o denunciar das situações de dominação e de colonização sofridas pelos povos pesquisados no decorrer de suas histórias, como as necessidades e reivindicações desses povos no presente.

Dessa forma, a vitalidade política e social das questões abordadas pelos Etnoarqueólogos brasileiros no estudar de comunidades vivas e portanto dinâmicas em sua trajectória histórico-cultural ao mesmo tempo que protagonistas de discussões e lutas marcantes no Brasil contemporâneo apresenta-se como um desafio ético e científico amplo. Em termos de posicionamento ético, não só desafia cientistas de todas as áreas, mas toda a sociedade, a desenvolver um olhar polissémico acerca do “outro”, que seja capaz, não só de relativizar nossos próprios princípios e visões acerca do mundo, de perceber que não são os únicos possíveis, e que não são homogêneos, mesmo no interior da nossa sociedade, mas também de perceber que o modos de viver diferentes das outras sociedades, não significa que esses sejam inferiores, exóticos ou desprezíveis, mas que são outras visões, igualmente válidas e com valor equiparável às nossas próprias, e que, para além disso, essas outras sociedades também não são, elas próprias, homogêneas, e que há diferenças no interior de todos os grupos humanos, diferenças essas que para além de não descaracterizarem essas sociedades são essenciais para sua existência como comunidade viva.

Em termos de posicionamento científico, oferece ao Etnoarqueólogo um desafio e uma importante crítica: é preciso estar atento para o facto de que o seu trabalho não deve servir de substrato para esse tipo de homogeneização cultural e que o olhar desse cientista deve estar sempre preparado para observar os povos que estuda, não só pela perspectiva das tipologias, dos fósseis-directores, enfim, das semelhanças e permanências, mas também para perceber as culturas que estuda, como elementos que são compostos de pluralidades e que se transformam no tempo.

É claro que não se trata de desvalorizar a importância das categorias para a Arqueo-

logia e para o estudo do Homem em sua relação com seu meio circundante, tanto humano quanto natural, tanto quanto também não se trata de esquecermos que, em última instância, qualquer estudo é uma construção, uma visão de um cientista e de uma ciência acerca de seu objecto, e que independente da abrangência e do enfoque escolhido, o discurso que se constrói acerca dele nunca abrangerá a sua complexidade por completo.

Trata-se, entretanto, de termos a consciência de que as categorias que escolhemos analisar nos trabalhos em Arqueologia, e em especial nos estudos Etnoarqueológicos, não podem servir para subjugar as diferenças, ou para ignorá-las, obrigando o quotidiano estudado a forçosamente ser compatível com as categorias estudadas, quando nos deparamos com situações que ponham em questão nossas escolhas e classificações, mas de admitirmos que as teorias, métodos e técnicas que usamos nos trabalhos científicos são somente opções de análise e ângulos de visão de uma realidade cuja complexidade nunca poderá ser completamente percebida, e de que não podemos sujeitar essa complexidade às nossas opções de análise quando a realidade nos impõe que nossas opções sejam reavaliadas, ou que simplesmente possamos admitir nossos limites na análise de determinado objecto.

Bibliografia geral

- AULETE, F. J. C. & VALENTE, A. L. S. – *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete* (DIGITAL). Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia.
- DAVID, N. & KRAMER, C. (1979) – *Ethnoarchaeology in Action*. Cambridge University Press, Cambridge.
- FERREIRA, A. G. (1996) – *Dicionário de Latim-Português*. Porto, Porto Editora.
- FUNARI, P. P. (2002) – “Desaparecimento e Emergência dos Grupos Subordinados na Arqueologia Brasileira”. *Horizontes Antropológicos*, Vol. 8, N.º 18: 131-154. Porto Alegre.
- LEITE, M. (2000) – “A falha arqueológica do Brasil”. *Folha de São Paulo*, 19/03/2000. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/ofjor/ofc05042000.htm> [Acessado em 28/05/2007].
- POLITIS, G. G. (2002) – “Acerca de la Etnoarqueología en América del Sur”. *Horizontes Antropológicos*, Vol. 8, N.º 18: 61-91. Porto Alegre.
- PROUS, A. (1992) – *Arqueologia Brasileira*. Editora Universidade de Brasília.
- STEGLICH, J. M. (2003) – “Arqueologia e Imperialismo lanque na Amazônia”. *A Nova Democracia* [On-line]. Ano 1, N.º 7, Março. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/07/29.htm> [Acessado em 28/05/2007].

Teses utilizadas como base desta pesquisa

- MOI, F. P. (2003) – *Organização e Uso do Espaço em duas Aldeias Xerente: Uma Abordagem Etnoarqueológica*. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Tese de Mestrado
- NOELLI, F. S. (1993) – *Sem Tekohá não há Tekó: Em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí-RS*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Tese de Mestrado.
- OLIVEIRA, L. M. (1999) – *A Produção Cerâmica como Reafirmação de Identidade Étnica Maxakali: Um Estudo Etnoarqueológico*. Universidade de São Paulo (USP). Tese de Mestrado.
- RODRIGUES, R. A. (2001) – *Cenários da Ocupação Guarani na Calha do Alto Paraná: um Estudo Etnoarqueológico*. MAE-USP. Tese de Mestrado.
- RODRIGUES, R. A. (2007). *Os caçadores Ceramistas do Sertão Paulista: Um Estudo Etnoarqueológico da Ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio / Aguapeí*. MAE-USP. Tese de Doutorado.
- SILVA, F. A. (2000). *A Tecnologia e seus Significados. Um Estudo da Cerâmica dos Asurini do Xingu e da Cesteria dos Kayapó-Xikrin sob uma Perspectiva Etnoarqueológica*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.
- SILVA, S. B. (2001) – *Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang: Um Modelo para a Compreensão das Sociedades Proto-Jê Meridionais*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

TABELA 1. O contexto histórico nas pesquisas

	Quantidade total de páginas do texto	Quantidade de páginas de contexto histórico cultural	Percentual do contexto histórico cultural (%)
1 Sem Tekoha não há Teko: em busca de um modelo [...]	381	47	12,3
2 A produção cerâmica como reafirmação de identidade [...]	145	67	46,2
3 Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: [...]	154	21	13,6
4 Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: [...]	202	7	3,5
5 As tecnologias e seus significados: Um estudo da [...]	228	15	6,6
6 Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: Um modelo [...]	315	62	19,7
7 Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: Um estudo [...]	208	27	13,0

TABELA 2. Temas de pesquisa e sua distribuição

	Análise de material cerâmico	Padrão de assentamento	Análise de cestaria	Estratégias de subsistência	Grafismos
1 Sem Tekoha não há Teko (em busca de um modelo [...])		X		X	
2 A produção cerâmica como reafirmação de identidade [...]	X				
3 Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: [...]	X				
4 Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: [...]		X			
5 As tecnologias e seus significados: Um estudo da [...]	X		X		
6 Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: Um modelo [...]	X				X
7 Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: Um estudo [...]	X	X			

TABELA 3. Enquadramento teórico

	Proces- sualista	Contex- tualista	Não Definido
1 Sem Tekoha não há Teko (em busca de um modelo [...])			X
2 A produção cerâmica como reafirmação de identidade [...]		X	
3 Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: [...]			X
4 Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: [...]			X
5 As tecnologias e seus significados: Um estudo da [...]	X	X	
6 Etnoarqueologia dos grafismos Kaigang: Um modelo [...]		X	
7 Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: Um estudo [...]		X	

TABELA 4. Recurso ao trabalho de campo

	Etnoarqueo- lógico	Arqueo- lógico	Inexis- tente
1 Sem Tekoha não há Teko (em busca de um modelo [...])			X
2 A produção cerâmica como reafirmação de identidade [...]	X		
3 Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: [...]		X	
4 Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: [...]	X		
5 As tecnologias e seus significados: Um estudo da [...]	X		
6 Etnoarqueologia dos grafismos Kaigang: Um modelo [...]	X		
7 Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: Um estudo [...]	X		

TABELA 5. Definição do trabalho de campo

	Informação sobre a duração do trabalho de campo	Dados sobre a amostragem do grupo estudado	Informações sobre língua do povo estudado	Dados sobre o financiamento da pesquisa
1 Sem Tekoha não há Teko (em busca de um modelo [...])*	–	–	–	–
2 A produção cerâmica como reafirmação de identidade [...]		X		
3 Cenários da ocupação Guarani na calha do Alto Paraná: [...]	X			X
4 Organização e uso do espaço em duas aldeias Xerente: [...]	X			X
5 As tecnologias e seus significados: Um estudo da [...]	X	X	X	
6 Etnoarqueologia dos grafismos Kaigang: Um modelo [...]				X
7 Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: Um estudo [...]				X

* Esta pesquisa não contou com nenhum tipo de trabalho de campo.